Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas Scania Banco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scania Banco S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as
divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos
de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury Contadora CRC 1SP192785/O-4

Demonstrações financeiras

30 de Junho de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Relatório da administração	4
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Desempenho: No semestre, o Banco apresentou um prejuízo de R\$ 1.760 mil, correspondente a R\$ 0,0088 por ação. Índice de Basiléia: O Banco adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2018, o índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial foi de 12,01%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço http://www.scania.com.br/solucoes-financeiras-banco/. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site acima.

O Banco elaborou um plano de implementação de sua política de responsabilidade socioambiental, tendo sido implementada no exercício de 2015.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, foram aprovadas por essa diretoria em reunião realizada em 07 de agosto de 2018.

São Bernardo do Campo, 07 de agosto de 2018.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.

A Diretoria

Balanços patrimoniais em Em 30 de junho (Em milhares de reais)

_	Jun 18	Jun 17
Ativo Circulante	870.485	846.182
Disponibilidades (Nota 5)	257	149
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 5 e 6) Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.001 14.001	144.600 144.600
Operações de crédito (Nota 8) Operações de crédito - setor privado Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	771.810 815.582 (43.772)	683.799 725.004 (41.205)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8) Operações de arrendamento mercantil – setor privado	2.091 2.106	2.291 2.318
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(15)	(27)
Títulos e créditos a receber (Nota 8) Carteira com características de concessão de crédito - setor privado Provisão para operações de concessão de crédito de liquidação	36.366 36.549	
duvidosa	(183)	
Outros créditos Rendas a Receber Diversos (Nota 9)	45.642 14 45.628	10.762 14 10.748
Outros valores e bens	318	4.581
Outros valores e bens Realizável a longo prazo	318 1.271.492	4.581 965.854
Títulos e valores mobiliários (Nota 7) Títulos de Renda Fixa	623 623	561 561
Operações de crédito (Nota 8) Operações de crédito - setor privado	1.239.929 1.252.115	894.019 916.522
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	(12.186) 1.000	(22.503) 2.419
Operações de arrendamento mercantil – setor privado Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação	1.010	2.444
duvidosa	(10)	(25)
Outros créditos (Nota 9)	29.940 29.940	68.855 68.855
Permanente _	1.384	3.364
Investimentos em controlada (Nota 10) Imobilizado de uso	1.207	3.083 23
Intangível	177	258
Total do ativo	2.143.361	1.815.400

Balanços patrimoniais em Em 30 de junho (Em milhares de reais)

	Jun 18	Jun 17
Passivo Circulante	789.016	604.052
Depósitos (Nota 12) Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo	166.162 50.504 115.658	
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13) Repasses do país		587.274 587.274
Outras obrigações Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias (Nota 14a) Dívidas subordinadas (Nota 14c) Diversos (Nota 14b)	24.470 505 1.585 1.083 21.297	16.778 187 1.146 1.791 13.654
Exigível a longo prazo	1.086.877	963.134
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13) Repasses do país	1.007.749 1.007.749	883.929 883.929
Outras obrigações Fiscais e previdenciárias (Nota 14a) Dívidas subordinadas (Nota 14c)	79.128 28 79.100	79.205 105 79.100
Resultado dos exercícios futuros (Nota 15)	2.171	2.492
Patrimônio líquido (Nota 16)	265.297	245.722
Capital De domiciliados no exterior Reserva legal Reserva estatutária Prejuízo no semestre	200.000 3.680 63.377 (1.760)	200.000 2.663 44.057 (998)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.143.361	1.815.400

Demonstrações do resultado Em 30 de junho (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

_		
<u> </u>	Jun 18	Jun 17
Receitas da intermediação financeira	100.732	85.618
Operações de crédito	98.498	75.130
Operações de arrendamento mercantil	1.280	1.248
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores		
mobiliários	954	9.240
Despesas da intermediação financeira	(92.516)	(75.308)
Operações de captação no mercado	(2.739)	(4.856)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(56.643)	(40.172)
Operações de arrendamento mercantil	(1.120)	(1.208)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(32.014)	(29.072)
Resultado bruto da intermediação financeira	8.216	10.310
Outras receitas / (despesas) operacionais	(8.701)	(13.508)
Rendas de prestação de serviços	2.186	1.212
Despesas de pessoal (Nota 17)	(11.200)	(10.176)
Outras despesas administrativas (Nota 18)	(7.684)	(9.725)
Despesas tributárias	(2.390)	(2.079)
Resultado de participações em controlada (Nota 10)	1.163	1.985
Outras receitas operacionais (Nota19)	9.451	5.821
Outras despesas operacionais (Nota19)	(227)	(546)
Resultado operacional	(485)	3.198
Resultado não operacional (Nota 20)	239	326
Resultado antes da tributação	(246)	(2.872)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21a)	(1.514)	1.874
Provisão para Imposto de renda	(480)	(407)
Provisão para contribuição social	(209)	(97)
Imposto fiscal diferido	(825)	2.378
(Prejuízo) do semestre	(1.760)	(998)
(Prejuízo) por ações	(0.009)	(0,005)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 30 de junho (Em milhares de reais)

		Reservas de			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva estatutária	Prejuizos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Prejuízo líquido do semestre	200.000	2.663	44.057	(998)	246.720 (998)
Saldo em 30 de junho de 2017	200.000	2.663	44.057	(998)	245.722
Saldo em 31 de dezembro de 2017 Prejuízo líquido do semestre	200.000	3.680	63.377	(1.760)	267.057 (1.760)
Saldo em 30 de junho de 2018	200.000	3.680	63.377	(1.760)	265.297

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 30 de junho (Em milhares de reais)

	Jun 18	Jun 17
Atividade operacional		
Lucro líquido ajustado do semestre	29.966	23.766
Prejuízo do semestre	(1.760)	(998)
Ajustes ao lucro líquido	31.726	24.764
Amortizações	50	55
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8b)	32.014	29.072
Impostos diferidos (Nota 21a)	825	(2.378)
Resultado de participação em controladas (Nota 10)	(1.163)	(1.985)
Variação de ativos e obrigações	(113.352)	(48.978)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(25)	(44)
Aumento em operações de crédito	(300.243)	(84.381)
Redução em outros créditos	9.531	1.671
Redução em obrigações dívida subordinada	(120)	(487)
Aumento em Depósitos a prazo	166.162	
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	10.679	47.032
Redução em outras obrigações	1.999	(12.310)
Redução em resultado dos exercícios futuros	(165)	(479)
Aumento / (Redução) em impostos e contribuições a pagar	(480)	524
Aumento em Impostos pagos do semestre	(689)	(504)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(83.386)	(25.212)
Atividades de investimento		
Aquisição de imvestimento Aquisição de imobilizado de arrendamento	1.487	
Depreciação de imobilizado de arrendamento	(9)	
Recebimento de dividendos (Nota 10)	4.000	4.500
riecesimento de dividendos (Nota 10)	4.000	4.500
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	5.478	4.500
Redução de caixa e equivalente de caixa	(77.908)	(20.712)
	(17.000)	(
Caixa e equivalentes de caixa	(77.908)	(20.712)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	92.166	165.461
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	14.258	144.749
Sand S Squitaishie de Sand no min de Somotio	1 1.200	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Scania Banco S.A. ("Banco") foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil — BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, FINAME Leasing, Leasing, Crédito Direto ao Consumidor — CDC e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania.

Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Scania e os custos de estrutura operacional e administrativos são absorvidos em conjunto ou individualmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 07 de agosto de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e seus respectivos resultados, foram reclassificadas para o grupo de "Operações de arrendamento mercantil".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

CPC01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;

CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;

CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;

CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/11;

CPC 24 - Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/11;

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09:

CPC 27 - Imobilizado - Resolução CMN nº 3.973/11;

Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.144/12;

CPC 33 – Benefícios a empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) <u>Títulos e valores mobiliários</u>

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

e) <u>Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas em operações de crédito</u>

As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada, sendo atualizada até o 60º dia de atraso. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8.

f) Outros Valores e Bens

Bens não de uso próprio: Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

i) Outros Créditos – Diversos

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

j) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia.

k) Outras obrigações – Diversas

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada pela alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, para instituições financeiras seguradoras e administradoras de cartão de crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como possível risco de perda não requerem

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

constituição de provisão, mas requerem divulgação e as classificadas como risco remoto não requerem provisão ou divulgação.

n) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

4. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos do Banco é feita de forma a cumprir com as segregações definidas as regras do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Estão contemplados os seguintes riscos:

<u>Risco de crédito</u>: Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matriz e tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

<u>Risco operacional</u>: É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades do Scania Banco, resultando em perdas inesperadas. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual do Banco e para efeito de capital regulamentar, o Banco utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

<u>Risco de mercado</u>: Através de metodologias condizentes com a realidade atual do Banco, o risco de mercado é gerenciado com transparência e elevado grau de confiança, sendo que nossas operações substancialmente consideradas como banking book.

Risco de Liquidez: É gerenciado por meio de estruturas, procedimentos e relatórios padrões que visam gerir a capacidade de pagamento do banco, considerando planejamento financeiro, limites de riscos e otimização de recursos disponíveis, permitindo uma tomada de decisão com grande agilidade e alto grau de confiança.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gerenciamento de Capital: De acordo com os padrões globais de gestão de capital e as normas do Banco Central do Brasil, o Scania Banco S.A. considera as 4 categorias de risco (Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional) ao monitorar e manter o capital mínimo. Além disso, consideramos o seguinte na revisão do nível de capital: (i) alterações normais no tipo e montante de operações bancárias e as flutuações do índice de capital total; (ii) custo ao captar caixa em curto prazo; (iii) sempre manter o nível de capital mínimo conforme exigido pelo Banco Central; e (iv) alterações no ambiente econômico que poderiam afetar o Banco ou clientes específicos.

Em atendimento às Circulares 3.678 e 3.716 do BACEN, a estrutura e as metodologias aplicadas à Gestão de Risco do Scania Banco encontram-se disponíveis para acesso público na website do Banco: http://www.scania.com.br/solucoes-financeiras/scania-banco/, que não faz parte das demonstrações financeiras.

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma individual tomando-se como base os dados do Scania Banco S.A. Em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 30 de junho de 2018, o índice é de 12,01% (15,07%, em 2017).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Jun 18	Jun 17
Caixa e saldos em bancos-moeda nacional	257	149
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	14.001	144.600
Caixa e equivalentes de caixa	14.258	144.749

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Juli 18	Jun 17
CDI		
Vencimento até 90 dias	14.001	144.600
Total	14.001	144.600

lun 17

lun 10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de Junho de 2018 e 2017, as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	Jun	Jun 18		17
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	623	623	561	561
Total	623	623	561	561

⁽a) As cotas do fundo de investimento (FGI – Fundo Garantidor de Investimentos) s\u00e3o atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota disponibilizada pelo BNDES.

8. Operações de crédito e arrendamento mercantil

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as operações de crédito e arrendamento mercantil estão compostas como segue:

	Jun 18	Jun 17	_
Financiamentos Arrendamento mercantil	2.067.697 3.116	1.641.526 4.762	
Títulos e créditos a receber	36.549		_
	2.107.362	1.646.288	_

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição da carteira por nível de risco

jun/18

			juii/ 10		
				Nível de	Valor da
Nível	A Vencer	Vencido	Total	provisão %	provisão
AA	44.732		44.732	0,00%	-
Α	608.263	4.589	612.852	0,50%	3.064
В	1.254.133	38.868	1.293.001	1,00%	12.930
С	74.362	20.893	95.255	3,00%	2.858
D	13.090	3.759	16.849	10,00%	1.685
E	7.467	5.174	12.641	30,00%	3.792
F		232	232	50,00%	116
G		263	263	70,00%	184
Н	37	31.500	31.537	100,00%	31.537
Total	2.002.084	105.278	2.107.362	_	56.166

jun/17

				Nível de	Valor da
Nível	A Vencer	Vencido	Total	provisão %	provisão
AA	51.085		51.085	0,00%	_
Α	361.882	16.342	378.225	0,50%	1.891
В	996.359	36.710	1.033.069	1,00%	10.331
С	42.964	70.594	113.558	3,00%	3.407
D	11.515	5.992	17.507	10,00%	1.751
E		4.869	4.869	30,00%	1.461
F		953	953	50,00%	476
G	6.074	2.524	8.598	70,00%	6.019
Н	1.360	37.065	38.425	100,00%	38.426
Total	1.471.239	175.049	1.646.288	=	63.760
			•		

b) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Jun 18	Jun 17
Saldo início do semestre	27.756	53.307
Constituições / Reversões	32.014	29.072
Baixa para prejuízo	(3.604)	(18.619)
Saldo no final do semestre	56.166	63.760

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Por setor de atividade

	Jun 18	Jun 17
Indústria	76.086	64.824
Comércio	445.632	338.912
Serviços	1.559.915	1.222.998
Pessoas físicas	25.729	19.554
Total	2.107.362	1.646.288

d) Por faixa de vencimento

	Jun 18	Jun 17
Vencidas a partir de 15 dias	99.199	20.698
Até 3 meses	276.989	254.327
De 3 meses a 1 ano	478.049	452.297
De 1 ano a 3 anos	861.839	679.631
De 3 anos a 5 anos	385.337	231.074
De 5 anos a 15 anos	5.949	8.261
Total	2.107.362	1.646.288

e) Operações renegociadas

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 389 e (R\$ 644, em 2017).

f) Recuperação de créditos baixados para prejuízo

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2018 e 2017, foram recuperados créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 7.750 (R\$ 4.550, em 2017) e estão registrados em outras receitas operacionais. (Nota 19).

9. Outros créditos - Diversos

	Jun 18	Jun 17
Impostos a compensar	673	2.375
Créditos tributários (Nota 21b)	49.109	68.322
Valores a liquidar carteira (D+1)	25.352	8.296
Devedores por depósitos em garantia	105	40
Outros	329	570
Total	75.568	70.603
Curto prazo	45.628	10.748
Longo prazo	29.940	68.855

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos em controladas

Saldo das transações

	Jun 18	Jun 17
Ativo	2.200	3.459
Passivo	993	376
Patrimônio líquido	1.207	3.083
Saldo do investimento no início do período	4.044	5.598
Lucro líquido no semestre	1.163	1.985
Dividendos pagos no semestre	(4.000)	(4.500)
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento baseado na equivalência	1.207	3.083

11. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	Jun 18		
	Ativo		
	(Passivo)	(Despesa)	
SLA – Scania Latin America Serviços Marketing Aluguel de imóveis e equipamentos Processamento de dados Outras despesas administrativas Dívida subordinada (Nota 14c) Depósito a prazo (Nota 12) Rendas antecipadas	(80.183) (115.658) (2.171) (198.012)	(6) 877 (304) (200) (38) (3.545)	
Scania Corretora de Seguros	14	90	
Scania Consórcio	(900)		
Codema comercial	300		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Jur	Jun 17		
	Ativo	Receita		
	(Passivo)	(Despesa)		
SLA – Scania Latin America Serviços Marketing Aluguel Processamento de dados Outras despesas administrativas Dívida subordinada (Nota 14c) Rendas antecipadas	(80.891) (2.492) (83.383)	(6) (600) (301) (200) (35) (4.856) (5.998)		
Scania Corretora de Seguros	(14)	90		
Scania Consórcio	(1.863)			
Codema Comercial	4.033			
Suvesa	25			
Cavese	182			

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 1.475 e em 2017 R\$ 1.434, a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. Depósitos

-	Jun 18	Jun 17
	Vencimento	Vencimento
	até 90 dias	até 90 dias
Depósito interfinanceiro	50.504	
Depósito a prazo	115.658	
Total dos depósitos	166.162	
Curto Prazo	166.162	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no pais

	Jun 18	Jun 17
Até 3 meses De 3 a 12 meses De 1 a 3 anos De 3 a 5 anos	162.209 436.175 727.666 274.820	153.157 434.117 651.358 224.359
De 5 a 15 anos	5.263	8.212
Total	1.606.133	1.471.203
Curto Prazo Longo Prazo	598.384 1.007.749	587.274 883.929

Referem-se a repasses de recursos para operações de Finame com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

14. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	Jun 18	Jun 17
Provisão para Impostos	687	371
Impostos e contribuições a recolher	898	775
Impostos e contribuições diferidos (Nota 21c)	28	105
Total	1.613	1.251
Curto Prazo	1.585	1.146
Longo Prazo	28	105

b) <u>Diversos</u>

	Jun 18	Jun 1/
Provisão para pagamento a efetuar	2.326	2.134
Credores diversos	14.313	6.362
Provisão para passivos contingentes (Nota 14d)	1.447	938
Provisões administrativas	2.285	3.134
Outras provisões	926	1.086
Total curto prazo	21.297	13.654

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) <u>Dívidas subordinadas</u>

Representada por captações que compõem o Capital Nível II, conforme autorizado pelo Banco Central.

	Valor		Data	Taxa de	Valor em	Valor em
Título	emissão	Data emissão	vencimento	Juros (a.a)	Jun 18	Jun 17
Letra Financeira	30.000	15/09/2011	15/09/2021	108% - CDI	30.597	31.008
Letra Financeira	29.100	11/05/2012	11/05/2022	109% - CDI	29.374	29.546
Letra Financeira	20.000	14/11/2013	14/11/2023	110% - CDI	20.212	20.337
Total	79.100				80.183	80.891

d) Passivos contingentes

- (i) Provisões trabalhistas Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- (ii) *Provisões cíveis* Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos.

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

Em 30 de junho de 2018 e 2017, respectivamente, o montante de provisões para contingências trabalhistas foi de R\$ 560 e R\$ 275, representados por 5 e 7 processos. Os processos cíveis somam R\$ 887 e R\$ 663, representados por 31 e 38 processos respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2018 e 2017, respectivamente, as contingências passivas classificadas como perda possível estão representadas por 41 e 44 processos, que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes, R\$ 847 e R\$ 1.046 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações trabalhistas

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não houve registro de contingências ativas.

15. Resultado de exercícios futuros

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o resultado de exercícios futuros era respectivamente de R\$ 2.171 e R\$ 2.492, valor refere-se a subsídios da Scania Latin America Ltda, relativo a contratos de equalização de taxa de juros, considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Scania Banco S.A, a apropriação do resultado é feita pelo prazo do contrato.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social de R\$ 200.000 está representado por 200.000.000 ações ordinárias (2017 - 200.000.000 ações), nominativas, sem valor nominal e sem direito de voto e foi totalmente integralizado por acionistas domiciliados no exterior.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. O Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva estatutária

Tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

17. Despesas de pessoal

	Jun 18	Jun 17
Benefícios	1.719	1.690
Encargos	2.147	1.944
Proventos	5.608	4.883
Honorários	1.475	1.434
Treinamento	251	225
Total	11.200	10.176

18. Outras despesas administrativas

_	Jun 18	Jun 17
Despesa de aluguel	263	264
Despesa de processamento de dados	912	879
Despesa de serviços técnicos especializados	1.166	1.095
Despesa de promoção e relações públicas	709	1.386
Despesa de viagens	390	461
Despesa de comunicação	90	123
Despesa de transporte	403	351
Despesa de publicação	36	32
Despesas de serviços do sistema financeiro	761	477
Despesas de BNDU (*)	1.389	3.333
Contribuições e doações	82	91
Custas judiciais	958	513
Outras despesas administrativas	525	720
Total	7.684	9.725

^(*) Referente às despesas por busca e apreensão de veículos R\$ 492 (R\$ 1.294, em 2017), despesas com o Detran R\$ 320 (R\$ 353, em 2017) e outras despesas administrativas R\$ 577 (R\$ 1.686, em 2017).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	Jun 18	Jun 17
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (Nota 8f)	7.750	4.550
Ressarcimento de custas judiciais	1.697	1.182
Outras receitas operacionais	4	90
Descontos concedidos	(82)	(252)
Processos cíveis	203	(149)
Outras despesas operacionais	(348)	(145)
Total	9.224	5.275

20. Resultado não operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2018, os valores de R\$ 239 e R\$ 326 em 30 de junho de 2017, correspondem principalmente ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição das despesas com impostos e contribuições diferidos

a.1) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

_	Jun 18	Jun 17
Ativo fiscal diferido de imposto de renda	591	1.310
Ativo fiscal diferido de contribuição social	(1.442)	1.048
Imposto de renda - valores correntes	(480)	(277)
Contribuição social - valores correntes	(209)	(97)
Imposto de renda - valores de anos anteriores		(130)
Passivo fiscal diferido de imposto de renda	26	20
Total	(1.514)	1.874

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Jun 18		Jun 17	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(246)	(246)	(2.872)	(2.872)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	2.263	1.293	4.055	3.356
PDD (Adição) (nota 8b) PDD (Exclusão)	32.014 (29.663)	32.014 (29.663)	29.072 (25.137)	29.072 (25.137)
Equivalência patrimonial (Nota 10) Gratificações a Administradores	(1.163) 867	(1.163)	(1.985) 619	(1.985)
Outras adições e exclusões	90	90	102	102
Superveniência/Insuficiência de depreciação Outras adições e exclusões temporárias	103 15	15	80 1.304	1.304
Lucro real e base de cálculo dos tributos	2.017	1.047	1.183	484
Imposto de renda e contribuição social – valores correntes (-) Deduções de incentivos fiscais (-) Impostos Retidos	492 (12)	209	284 (7)	97
(,	480	209	277	97
Imposto de renda – valores de anos anteriores	-		130	
Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias	(591)	1.442	(1.310)	(1.048)
Imposto de renda – passivo diferido	(26)		(20)	
Imposto diferido	(617)	1.442	(1.330)	(1.048)
Total imposto de renda e contribuição social corrente	(137)	1.651	(923)	(951)
			•	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) <u>Créditos tributários</u>

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo			Saldo
Descrição	Dez 17	Constituições	Realizações	Jun 18
<u>Diferenças temporárias</u> Provisão para créditos de liquidação duvidosa - IRPJ	27.069	8.003	(7.415)	27.657
Outras diferenças temporárias	1.715	734	(730)	1.719
_	28.784	8.737	(8.145)	29.376
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -				
CSLL	19.803	6.403	(7.848)	18.358
Outras diferenças temporárias	1.373	587	(585)	1.375
	21.176	6.990	(8.433)	19.733
Total	49.960	15.727	(16.578)	49.109

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355 e a compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias.

Jun 18

Créditos tributários	IRPJ	CSLL	TOTAL
Até 1 ano	10.828	8.661	19.489
De 1 a 2 anos	10.663	6.341	17.004
De 2 a 3 anos	4.534	2.721	7.255
De 3 a 4 anos	1.057	634	1.691
De 4 a 5 anos	2.294	1.376	3.670
Total	29.376	19.733	49.109
Total a valor presente (*)	24.538	16.657	41.195

^(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Obrigações fiscais diferidas

Descrição	Saldo 31/12/2017	Constituições	Realizações	Saldo 30/06/2018
Imposto de renda Adições temporárias - Superveniência	54		(26)	28
Total	54		(26)	28

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização conforme o vencimento da carteira de arrendamento mercantil. As operações de arrendamento mercantil do Scania Banco têm como prazo cinco anos, portanto o valor constituído será realizado até 2019.